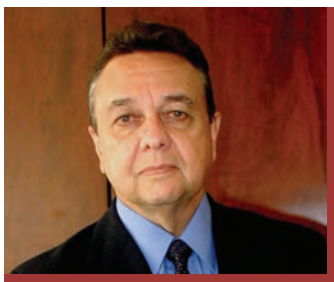


Diário de bordo

Avanços no algodão



Roberto Rodrigues*

APARENTEMENTE caminha para uma solução a demorada luta encetada pelos cotonicultores brasileiros contra os subsídios concedidos pelo governo americano a seus produtores de algodão. Tais subsídios vêm distorcendo o mercado deste produto há anos, prejudicando dramaticamente a competitividade dos nossos eficientes produtores.

A recente posição dura do governo brasileiro foi essencial para chegarmos – se de fato isto ocorrer – a uma solução negociada.

Depois de vencer o painel na OMC em 2004, o Brasil ficou esperando que o governo americano cumprisse a decisão daquela instituição, reduzindo seus subsídios. Isso não aconteceu. Como se diz na gíria, os EUA não deram a menor bola para o organismo mundial de comércio e continuaram subsidiando, distorcendo mercados e nos prejudicando. Olimpicamente!

O governo brasileiro, talvez excessivamente paciente, esperou que a maior economia do planeta se mexesse. E nada aconteceu, até que a paciência se esgotou, e o Brasil, autorizado pela OMC, decidiu partir para retaliações contra produtos norte-americanos importados por nós.

Os do norte não acreditaram muito na nossa firme atitude e a esnobaram até que se concretizassem as propostas de retaliação que iam desde o aumento de tarifas

de importação sobre 102 produtos deles (para começar), até a retaliação cruzada (sanções sobre propriedade intelectual, suspensão de direitos assegurados por patentes e taxação sobre remessas de *royalties*).

Algumas lideranças brasileiras condenaram a atitude, argumentando que poderíamos perder mais se os americanos, em reação, criassem outras sanções contra nós, levando a uma guerra comercial que não interessa a ninguém.

Claro que um bom acordo é sempre melhor que qualquer disputa. Mas, sem a firmeza brasileira, os americanos não se mexeriam e não haveria acordo. Sendo assim, é ele bom para nós?

Não é uma maravilha, mas ajuda, porque os americanos criarão um Fundo de Compensação Temporária de mais de 140 milhões de dólares para investir em tecnologias que beneficiarão nossos cotonicultores; contingenciarão os subsídios para exportação do seu algodão; e apressarão a abertura do seu mercado para a carne bovina brasileira, reconhecendo o Estado de Santa Catarina como livre de febre aftosa sem vacinação.

É melhor do que nada, embora o que nos importa mesmo seja acabar com os subsídios, conforme determinado pela OMC. E ainda tem o acerto com os africanos...

Restam dois comentários: será que os americanos vão cumprir o que propuseram? Não dirão mais tarde que não podem implementar sua proposta porque o Congresso não deixa? Este é o comentário negativo.

O positivo é que o Brasil, ao iniciar sua campanha contra os subsídios americanos ao algodão e, agora, ao endurecer nas retaliações, quebra um paradigma importante no cenário mundial do comércio agrícola e torna oportuna a valorização da própria OMC, que andava meio desmoralizada. ■

* Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, presidente do Conselho Superior de Agronegócio da Fiesp e professor de Economia Rural da Unesp/Jaboticabal

Produzir

Diálogo ambiental



Cesário Ramalho*

ASOS Mata Atlântica cometeu sério deslize ao lançar uma campanha para taxar os deputados e senadores ligados ao setor rural como exterminadores do futuro. O argumento da ONG é que, ao proporem a revisão do Código Florestal, esses parlamentares querem desfigurar a legislação ambiental brasileira.

Ao tomarmos conhecimento dessa ação difamatória, imediatamente rechaçamos junto à diretoria da SOS com a exposição de que ficamos surpresos com o radicalismo. Esta firme e rápida mobilização fez a ONG acordar para a realidade da questão, que deve considerar o cenário socioeconômico como fator crucial para o debate ambiental.

Com autoridade para tratar do tema, a Sociedade Rural Brasileira defende o meio ambiente e a conservação dos recursos naturais desde 1927, quando foi criado no organograma da entidade um departamento dedicado exclusivamente ao assunto.

Compreendemos que o debate relativo à legislação ambiental é polêmico e, justamente por esta característica, deve ser conduzido sob a ótica do diálogo e não do conflito. A necessidade de revisão do Código Florestal não surgiu à toa. De maneira alguma se trata de desmonte da legislação ambiental.

Originalmente datado de 1965, o Código Florestal perdeu legitimidade. Desde então, foi remendado por portarias,